

Apresentação

Epistemologias e contemporaneidade

O argumento deste número da *Gragoatá, Epistemologias e contemporaneidade: (re)discutindo concepções e categorizações para língua(s)*, nasceu de inquietações diversas relativas ao modo como os conceitos de língua, linguagens, contextos, representações, sujeitos, identidades, sociedades, comunidades, culturas têm sido (re)pensados, contemporaneamente, nos campos dos estudos da linguagem. Propusemos, assim, uma reflexão inicial que desafiasse pensadores a compartilhar as suas pesquisas e discussões. Surgiu, dessa forma, o nosso convite, como se pode ler a seguir, que buscava abrir horizontes para abrigar colaborações com filiações acadêmicas diversas.

Língua oficial, língua nacional, língua franca, língua vernacular, língua culta, língua crioula, língua materna, língua segunda, língua estrangeira, língua de fronteira, língua de herança, língua de acolhimento, língua de mercado, de resistência, língua de colonização, língua de civilização, língua regional, língua adicional... Contextos sócio-histórico-discursivos, locais e globais, repensados sob o prisma da diversidade, do (in)tenso contato inter/transcultural e do multilinguismo contemporâneos, têm colocado em xeque conceituações e nomeações de línguas, estabelecidas em epistemologias diversas. A reflexão em torno dessas concepções e categorizações, diante da pluralidade de contextos socioculturais e políticos que se atravessam, sustentam e processam realidades, é continuamente um imperativo para a pesquisa em diferentes áreas dos estudos da linguagem. Este foi, assim, o nosso objetivo: reunir artigos que discutissem as injunções e implicações históricas, socioculturais, políticas, linguísticas, pedagógicas e educacionais constituidoras dessas conceituações e categorizações.

Diante de tal provocação, conformou-se esse número com contribuições advindas de lugares teóricos diversos e que aqui ficaram agrupadas em 13 artigos e uma resenha.

Os trabalhos reunidos, em próximo diálogo, propõem caminhos e possibilidades para considerações e cogitações acerca da língua/linguagem e visitam recorrente e interseccionalmente temas, conceitos e contextos, todos mutuamente alimentados, como logocentrismo, centro/periferia, epistemologias, colonização, descolonização, línguas em contato, fronteira, nação, translinguismo, criouliização, categorização, historicidade, gramatização, políticas linguísticas, transidiomaticidade, nomeação e designação, gênero, raça, padronização, ensino, pluri/monolingüismo, transculturalismo, entre outros. Com essa configuração plural, é possível confrontar discursividades múltiplas enquadradas, nos artigos, em trajetórias acadêmicas diferentes.

Fundamentalmente, temos aqui um conjunto de reflexões que (re)discutem, em consonância com a nossa proposta, conceitos, acepções, formas de lidar, de pesquisar e de (des)categorizar línguas, linguagens, sujeitos e contextos, especialmente recuperando e visibilizando espaços humanos tradicionalmente marginalizados no espaço sociocultural e acadêmico.

Abrimos, então, a revista com o artigo de Amanda Scherer, que incita seu leitor, já no título, a redimensionar algo supostamente tomado como evidência: uma língua ter nome. Um texto-convite para um horizonte de investigações inesgotáveis. Partindo de dois eixos que constituem suas preocupações como pesquisadora, a saber, um que concerne à disciplinarização de saberes científicos, outro que tange à relação sujeito e língua, somos levados a uma reflexão que se desdobra em cinco pontos: no gesto de dar nome à língua que se fala e à língua falada pelo outro; na pontuação da língua como possibilidade de sua moradia; na consideração sobre o luto da e na língua pela compreensão de que a língua faz borda, faz fronteira a outras e que há um impossível a dizer; na atenção à melancolia das faltas da língua que nos enreda, por vezes, na busca da língua perfeita, da língua totalizante, da língua universal; e, por fim, na observação em relação à mudez na língua e ao combate do poeta com as palavras que leva a autora a retomar a questão da nomeação da língua. Seguindo seus passos, somos instados a compreender que a língua não consiste em um objeto tranquilo com base no qual o linguista

possa tecer confortavelmente suas análises e considerações científicas.

O gesto da nomeação também está presente no artigo de Phellipe Marcel Esteves, no caso, a dos nomes próprios, que serve de base analítica para uma densa e elaborada “ruminação” de ordem teórica acerca da noção de cultura no campo teórico da Análise do Discurso. Como lembra o autor, Pêcheux leu Lévi-Strauss e, no decorrer de sua obra, não somente o cita bem como menciona, não raras vezes, o termo cultura. Uma pergunta central de que parte Esteves é se a noção de cultura poderia recobrir a noção de ideologia. Para dar uma resposta que torne possível uma aproximação da noção de cultura a uma teoria de perspectiva materialista, historiciza a noção de cultura, relê Lévi-Strauss e convoca Viveiros de Castro para pensar alteridade. Começamos, então, a entender que o ponto de entrada da concepção de cultura na teoria se deve dar por outra noção: a de formação social, que, conforme o autor, é atravessada por rituais de diferentes ordens. A argumentação não se esgota aí já que a proposta é a de pensar uma possível relação entre discurso, língua e cultura. É quando o autor mergulha na atribuição de nomes próprios a sujeitos, investigando práticas em distintos povos indígenas e chegando às nossas gramáticas. Um caminho é, então, pavimentado para esta noção na teoria discursiva.

Com o artigo que se segue, de Edicarlos de Aquino, saímos de uma problematização sobre o nome de línguas e de nomes próprios para refletirmos sobre o terreno das classificações e categorizações acerca da língua. Língua materna é o foco deste trabalho: uma expressão que hierarquiza e (des)valoriza línguas e sujeitos, serve a discursos administrativos, pedagógicos, políticos, entre outros, e dá suporte a políticas linguísticas. Com a leitura, ficamos sabendo que o registro do termo língua materna data do século XII. Recuperando diversos textos medievais, o autor mostra-nos a divisão social que passava pela oposição língua do papa e língua dos advogados (língua materna), identificando aí, entre outras, a deriva para língua dos leigos. Já nos textos não relacionados com a Igreja, são desveladas outras divisões e sentidos, como língua natural ou língua de um território. Acompanhar a historicidade dos sentidos da expressão língua materna – língua do leigo, língua do outro, língua estrangeira, língua oral,

língua vulgar, língua de um país, língua das mulheres, língua da casa paterna, língua da infância, língua original, língua da mãe – permite-nos entrever a tensão que a classificação pode ainda (com)portar contemporaneamente.

O gesto classificatório sobre a língua continua a ser foco de reflexões com o artigo de Juciele Dias, agora guiado pela classificação que tece uma relação com o Estado: língua nacional, uma denominação que comparece no século XIX em documentos pós-independência brasileira e que intitula gramáticas. Neste artigo, a autora toma como objeto de estudo Antônio Alves Pereira Coruja, autor de uma célebre gramática do século XIX, a saber, a *Grammatica da Língua Nacional*. Adentramos, assim, o campo da gramatização da língua por um caminho peculiar, qual seja, pela articulação entre nome próprio e nome de autor, considerando a narratividade de vida. Tal percurso implica recuperar as diferentes designações que lhe são atribuídas e refletir sobre elas na relação com sua obra e no impacto que têm na produção de conhecimento e de ensino escolar. Estamos, pois, diante de um texto que se debruça sobre nomeação e designação de sujeitos na tessitura de instrumentos linguísticos que funcionam como instituidores e fabricantes de uma língua que vai sendo (re)conhecida e passa a circular como nacional.

O artigo de Eliana Sturza, desestabilizando esse mesmo conceito de língua nacional, traz-nos uma discussão sobre conceituações de línguas geradas em bordas geopolíticas. A autora evidencia a impossibilidade de identificar fronteiras rígidas no que se refere a línguas e culturas e põe em pauta processos que ganharam destaque na contemporaneidade: mobilidades, migrações e criação de línguas fronteiriças. O foco no contexto sociocultural que constitui o portunhol – tema do artigo – resgata um espaço que costuma ser tomado como marginal tanto no que se refere a geografias – que buscou delimitar países e culturas entre fronteiras rígidas e homogeneizantes – quanto no que se refere a línguas – construtos tomados como um todo orgânico, coerente e puro. Sturza questiona esses conceitos tradicionais e discute os atos de “nomear” e “designar” – assumidos como não sinônimos –, tanto numa visão êmica, do ponto de vista dos sujeitos que vivem diferentes portunhóis, quanto de estudos acadêmicos.

Seguindo a mesma inquietação em relação à constituição de novas língua(gen)s, o artigo de Juan Manuel López Muñoz vai trazer para a ordem do dia uma reflexão acerca do surgimento de uma nova língua gerada em função de contextos cibernéticos, que portam novas formas de interagir no mundo. Neste sentido, a *internet* tem se tornado um espaço de construções socioculturais que levam ao nascimento dos chamados nativos digitais, sujeitos que se consideram identitariamente marcados pela experiência nos ciberespaços. Há uma conclamação plural que cria uma comunidade com traços comuns e, assim, como coloca Muñoz, parece ser possível falar agora em uma “nova comunidade étnica” na qual sujeitos constroem identidades em avatares os mais diversos. Aqui uma visão logocêntrica é inviabilizada pelo fato de os sujeitos circularem em contextos plurais e significarem o mundo com uma gama diversificada de recursos semióticos. Como coloca o autor, entrar nesse mundo digital não passa simplesmente pelo domínio instrumental da máquina, mas de uma reorientação que põe em pauta novas dimensões identitárias, sociais e culturais.

O trabalho de Branca Falabella Fabricio e Luiz Paulo Moita-Lopes traz para discussão uma gama de conceitos contemporâneos informados pela epistemologia que o prefixo “trans” potencializa: transcontextos, transidiomaticidade, transsemiotização, transperformances. O ato político de, com seu artigo, colocar em palco principal sujeitos, contextos, linguagens, como o chamado *rap queer*, em geral situados à margem no eixo periferia/centro, dessacraliza espaços hegemônicos de opressão e inventa/indica fricções de resistência no que se refere a classe, raça, gênero, sexualidade, cultura e linguagem. Como assumem, uma tradição logocêntrica constituiu olhares/posições estabilizadores para as coisas do mundo. Nesse sentido, os autores adotam uma “epistemologia de fronteiras” como um espaço privilegiado para, com uma lente “trans”, colocar em xeque confortáveis e redutoras certezas binárias, dicotômicas e maniqueístas. Dessa forma, evidenciam a desestabilização de atos sociais de exclusão e apagamentos de sujeitos, contextos e linguagens por meio de práticas de resistência.

Com Fernanda d’Oliveo e Raphael Trajano continuamos na seara das periferias em que línguas são imbricadas,

misturadas, (im)postas, não sem apagamento de linguagens e sujeitos, nem sem a sua contrapartida, também aqui a resistência. Tendo como eixo de reflexão a língua como objeto de ensino, dois são os espaços analisados com experiências em sala de aula: aquele de ensino de língua portuguesa em escolas de periferia e aquele de ensino de língua de acolhimento para refugiados. Em ambos, estão em cena as condições de produção, as contradições e as fissuras do trabalho com as línguas. No primeiro caso, a língua culmina por servir a uma dupla exclusão: da língua que se deveria aprender e da língua em que se habita. Dupla, portanto, expulsão do sujeito: de sua morada e de uma outra passível de ser abrigo. Aí residem as fissuras, a contradição nas salas de aula da periferia e a resistência do sujeito aprendiz. No segundo caso, a nova língua já porta em seu nome o trauma do refúgio, e a situação de aprendizado é posta de antemão como da premência para sobreviver. De novo, a eleição de uma certa língua a ser aprendida como possibilidade de adaptação e de trabalho esbarra na tagarelice outra, não homogeneizante, que se escuta (e se aprende?) onde se mora ou se circula. Enfim, ambos os casos se concentram em como e qual língua ensinar para sujeitos que estão circunscritos às bordas da cidade.

A assumpção da língua como não homogênea também se atualiza na discussão que Fernando Zolin-Vesz, Alinee Silva dos Santos e Márcio César Cardoso empreendem no seu artigo. Conceitos fechados e opressores de língua têm construído, em senso comum, o imaginário de muitos sujeitos e, nesta mesma direção, têm aberto espaço para o ressurgimento (ou livre exibição) de posicionamentos autoritários nos quais essencialismos em relação a conceitos como os de nação, gênero, cultura e língua, por exemplo, distanciam os sujeitos e as suas comunidades da possibilidade de considerar a fluidez inerente ao mundo. No espaço público da mídia, a utilização do que tradicionalmente chamamos de língua, para atualizar uma ideia de identidade comum de uma comunidade-nação que se identifica com um falar específico e puro, é o foco de discussão. Os autores, então, oferecem, com base em uma edição da revista *Vogue*, flagrantes discursivos que localizam as linguagens e seu falantes em espaços monofônicos e buscam problematizar a tradicional relação cartesiana e linear entre territórios, identidades e linguagens.

Olimpia Maluf-Souza, Wellington Marques da Silveira e Ana Cláudia de Moraes Salles, considerando o momento histórico-social-ideológico da colonização, propõem uma reflexão discursiva dos vocábulos “descobrir”, “conquistar”, e “barbárie” de forma a discutir os efeitos de sentidos sobre uma língua brasileira. Como argumentam, perspectivas etnocêntricas (in)formam a constituição dos efeitos de sentido que esses vocábulos carregam e que, em repetições e desdobramentos, povoam ainda as concepções sobre a língua portuguesa do Brasil, em muitos casos intimamente atreladas, na memória, a uma imaginada metrópole e seu imaginado Estado regulador e civilizado. Os autores tomam, como material de análise, instrumentos linguísticos - dicionário e obras narrativo-descritivas, como as da literatura de viagens - para discutir, então, como “descobrir”, “conquistar” e “barbárie” que tanto colocam o Outro em uma posição de submissão, de margem e de exclusão, quanto impedem e apagam a sua existência, o seu estatuto e a legitimidade de suas línguas.

Na mesma problemática da colonização, caminhamos, com Inocência Mata, para uma reflexão que redimensiona os debates sobre descolonização linguística a partir de países africanos. Partindo de uma discussão acerca da herança colonial e da relação da língua portuguesa com línguas autóctones africanas, a autora nos conduz a ponderar sobre as imbricadas relações linguísticas, suas implicações e consequências nesses espaços multilíngues e na constituição identitária desses sujeitos políglotas. Com Mata, somos levados a encarar a complexidade do lugar da língua portuguesa em países da África outrora colonizados: de funcionamento glotofágico, uma vez que hegemônico, é preciso examinar o modo como o português se inscreve diferentemente em alguns solos africanos, o que também passa pela forma como é chamada, isto é, como língua nacionalizante, língua solene, língua passaporte, língua irmã, língua afetiva. Diversidade linguística e hierarquização das línguas são duas noções importantes para pensar políticas linguísticas efetivas em países africanos, mas não apenas. Como a autora nos mostra, é fundamental considerar a relação entre língua e cidadania, a fim de assumir e constituir programas que concebam e promovam a heterogeneidade linguística aí inerente.

Dante Luchesi, também tendo como referência colonização e heterogeneidade linguísticas discute, historicizando, o conceito de línguas crioulas e a possibilidade da sua formação no Brasil e na região do Caribe. No que se refere a linguagens, o processo de contínuo contato entre línguas diferentes deu origem a uma série de relações linguístico-sociais que derivaram, sequencialmente, em *pidgins* e, então, em línguas crioulas. Nas reflexões sobre a formação da língua portuguesa do Brasil, o autor refuta a tese de que o português popular brasileiro tenha origem em um possível crioulo constituído na época colonial. A tese defendida é a de que o movimento histórico ocorrido no Brasil não propiciou a formação de crioulos como aconteceu na região do Caribe. Para defender suas posições, Luchesi traça um paralelo entre formas de contato linguístico, sócio e economicamente fundamentadas, no Nordeste do Brasil e no Caribe, passa pelo período do ciclo do ouro e evidencia, então, condições históricas que promoveram (ou não) a crioulição num e noutro espaço. Por fim, discute a própria conceituação de línguas crioulas em sua gênese. O texto assume, neste volume, uma dimensão mais extensa por conta do detalhamento fundamental que faz de fatores históricos, econômicos e sociais como grandes agentes motivadores do processo de criação linguística na busca da interação humana.

Este número 48 da revista *Gragoatá* se encerra com a resenha do livro *Temas de política linguística no processo de integração regional*, organizado por Socorro Tavares de Sousa, María del Pilar Roca y Andrea Silva Ponte. Com a resenha, por María Florencia Rizzo, temos acesso a uma grande diversidade de trabalhos de investigadores brasileiros e argentinos agrupados no referido livro. Na resenha, comparece também um outro leque de questões, preocupações e impasses, que se somam e potencializam os trabalhos aqui reunidos.

Muitas foram, como pudemos anunciar, as respostas à nossa chamada que, por sua vez, trouxeram outras questões e trajetos de reflexões. Em que consiste nomear uma língua? E ter uma língua como morada? É possível pensar teoricamente em uma relação entre língua, discurso e cultura? Em que o nome próprio nos ajuda diante dessa questão? Língua materna é língua da mãe? Qual é a historicidade da expressão língua materna, tão corriqueira no campo dos estudos de linguagem?

Como funciona o nome próprio de autor na relação com a nomeação língua nacional e seu ensino? Quais os efeitos de se nomear uma gramática como sendo de uma língua nacional? Nomear uma língua e designar uma língua são movimentos distintos? Quais as implicações entre o ato performativo de nomear uma língua e sujeitos fronteiriços? De que forma o ato de classificar línguas pelo linguista incide sobre línguas e sujeitos? Que língua ensinar para sujeitos situados à margem da sociedade? De que forma estudos logocêntricos criam inteligibilidade sobre as relações entre línguas, contextos e sujeitos? Que efeitos de sentido são produzidos nos estudos da linguagem quando nos posicionamos em espaços de fronteira? Qual é a relação entre língua e cidadania? Como pensar em políticas linguísticas em países multilíngues? Como propor políticas com a oficialidade de uma língua em face da existência e circulação de outras não oficiais? Quais são os efeitos de políticas linguísticas monolíngues? Que sentidos sobre sujeitos se instauram nos discursos sobre a língua? Houve crioulização no Brasil? Qual a relação entre condições socioeconômicas e o processo de crioulização? Como definir linguagem no ciberespaço? Como as novas tecnologias afetam a linguagem? Até que ponto se pode dizer que configuram uma nova língua? Até que ponto afetam o sujeito?

São perguntas que abrem trilhas, que iluminam caminhos, que revelam sendas e veredas. Boa leitura!

Roberval Teixeira e Silva
Vanise Medeiros
Organizadores